

ECO

P

A/Z

2002 v.22 n.86 abr/jun

Revista de

Economia Política

Brazilian Journal of Political Economy

Volume 22, nº 2 (86), abril-junho/2002

Celso Furtado e o Início da Industrialização

Tamás Szmrecsányi

Reestruturação do Sistema Financeiro

Freitas & Prates

Why China Survived the Asian Financial Crisis?

Shalendra Sharma

Absorção de Mão-de-Obra e Qualificação

Claudio Dedecca

Business and Delays in Port Reform in Brazil

Mahrukh Doctor

Resenhas

Tânia Regina de Luca: *Indústria e Trabalho na História do Brasil*

Ricardo Feijó: *História do Pensamento Econômico*

Paul Singer: *Para Entender o Mundo Financeiro*

Alfredo Saad Filho: *The Value of Marx*

Nº 253

SYS 336575

História do Pensamento Econômico

Ricardo Feijó

São Paulo, Atlas, 2001

Há quem critique os manuais, mas não se pode negar seu valor didático. É verdade que quase todos se parecem, seus sumários poucos diferem; mas cada um não deixa de ter sua própria personalidade, seus pontos fortes e fracos, reveladores da leitura peculiar de cada autor. É com esses olhos que podemos, no espaço próprio de uma resenha, chamar atenção para alguns aspectos do trabalho deste professor da USP de Ribeirão Preto, graduado em física e doutor em economia. Esta formação “ecclética” permite-lhe que aborde com a devida ênfase as questões metodológicas implícitas e explícitas nas obras dos grandes economistas do passado, indo além da mera exposição das contribuições teóricas de cada autor, sem todavia tolher seu devido espaço. Da mesma forma, toda contribuição teórica é relacionada a seu contexto histórico, permitindo que o leitor — e, sobretudo, o aluno — consiga ter uma boa visão da interação entre ambos, sem deixar de mostrar que a história das idéias possui uma lógica própria e que cada pensador inova e cria sem libertar-se radicalmente de seu passado, necessariamente ponto de partida e de referência.

Além desses aspectos meritórios, cabe destacar que a mescla entre HPE e metodologia é tendência internacional, desde logo assimilada no Brasil há mais de uma década, visível nos congressos da área, onde as mesas de ambas chegam a confundir-se, para os puristas até em prejuízo das pesquisas sobre a evolução da teoria econômica propriamente dita. Mas se isso é em parte verdade, não se pode negar nem negligenciar o saldo positivo de trazer ao meio dos economistas (ou pelo menos de parte deles) discussões de temas como retórica, modelagem, testagem, alcance e limites do conhecimento como objeto, deixando de lado a velha petulância dogmática que tinha como certa, óbvia e natural a ampla possibilidade de o sujeito conhecer esse polêmico objeto que, em certo momento da história, resolveu-se delimitar e denominar economia.

Ainda dentre os pontos altos do livro, menciona-se o tratamento dado aos períodos da Antiguidade e da Idade Média, no qual temas filosóficos são introduzidos de forma não usual nos manuais mais recentes (nos antigos era regra), mantendo-se a didática e a clareza da exposição. A inserção de Max Weber também decorre da abordagem peculiar do autor, ressaíndo a importante contribuição deste “sociólogo” às questões econômi-

cas e de metodologia da ciência. Finalmente, agora Weber faz parte da HPE! Saem do padrão, merecendo também destaque, seja pela profundidade seja pela forma competente de exposição, os capítulos sobre: (a) a crise da Economia Clássica, em que autores pouco referidos em outros manuais são resgatados, evidenciando a riqueza do debate muitas vezes sumariado como a “crise da teoria econômica” e englobando inúmeros pensadores de matrizes teóricas distintas como “vulgares”; (b) os precursores do marginalismo, trazendo à tona contribuições como a condição de lucro máximo de Cournot, a equação fundamental dos salários de von Thünen, o paradoxo de São Petersburgo, o “equivoco” de Jules Dupuit e a demonstração geométrica da segunda lei de Gossen; e (c) Carl Menger, em uma apresentação que resgata a importância deste autor e da vertente austríaca do neoclassicismo, com destaque muito além das abordagens convencionais de HPE.

Como toda obra pretensiosa, esta também é desigual. Iniciando-se pelas velhas e simples questões de ordem terminológica, até desculpáveis em alguns contextos, mas não certamente em uma obra de HPE, justamente onde os vocábulos tornam-se categorias e termos teóricos ao serem inseridos em *approachs* diversos que, por dever de ofício da própria disciplina, devem ser confrontados. Neste contexto, as palavras pesam e a linguagem não pode ser dissociada da precisão conceitual: o rigor, assim, torna-se exigência que não pode se confundir com preciosismo. Um exemplo é quando o autor trata economia neoclássica como sinônimo de teoria econômica “atual” (p. 72), ao referir-se à inflexão da curva de oferta de trabalho a partir de certo nível “crítico” de salário. Ou quando utiliza o adjetivo “marxiniano” juntamente ao tradicional “marxista” ao longo do capítulo 7, não explicando se o neologismo é mero modismo ou tem lá sua razão de ser, e qual a diferença entre um e outro, já que usados lado a lado. Mais sério é o caso de considerar capital fixo e capital constante como idênticos (p. 216) ao definir composição orgânica do capital, quando, justamente por incluir no último as matérias-primas (que obviamente não são capital “fixo”), Marx pôde com mais precisão enfatizar o processo produtivo pela ótica da propriedade e chegar ao conceito de mais-valia, rompendo com a tradição clássica de conceber o capital apenas como fixo e circulante.

Também entender como uma concessão a Marx (p. 226) o intervencionismo das políticas keynesianas é no mínimo extremamente polêmico, por várias razões, a começar pela confusão entre intervencionismo e socialismo, pelo significado teórico e político da concepção de Estado subjacente a cada autor e pela própria existência de vários intervencionistas não-socialistas importantes antecessores de Keynes. O intervencionismo, aliás, sempre foi coevo ao liberalismo, servindo-lhe como contraponto; e isto não só na história do capitalismo, pois, de forma embrionária, o debate remonta à Grécia antiga. O que marca o intervencionismo keynesiano — o uso da política econômica para estabilização como forma de reativar a demanda agregada, em uma racionalidade instrumental —, fatalmente não está na obra de Marx nem é a visão dominante em seus seguidores. Já não se trata mais aqui da discussão de significado de palavras, mas de efetivas interpretações que são expostas ao leitor como definitivas, conquanto sejam polêmicas ou resultado de visão muito particular do autor, que deveria evitá-las em uma obra de cunho didático. Outro exemplo: dizer que Ricardo era muito criticado na Alemanha é verdade, mas que a Escola Clássica lá não teve *nenhuma penetração* é, no mínimo, exagero (p. 234); muitos membros da Escola Histórica, como Roscher (sem contar Marx) certamente discordavam de Ricardo, mas o tinham como ponto de referência e de interlocução. E daí concluir, em seguida, que a Escola Clássica “estava isolada, confinando-se na Inglaterra”, até chega a ser bizarro: como isolamento, na maior potência mundial e no maior centro cosmopolita da época? Como confinamento, no país cuja produção intelectual mais marcou a história do pensamento econômico pelo menos até a metade do século XX? As idéias “inglesas” espalharam-se não só pela Europa mas pelo mundo todo, inclusive com adeptos até por estas bandas, como mostram Cairu e Mauá, para ficar nos mais conhecidos.

Mas talvez o principal ponto crítico da obra seja o peso relativo que autores e escolas mereceram, o qual deveria ser repensado em futuras edições em prol de uma exposição mais equilibrada. Não se trata evidentemente de exigir uma imparcialidade abstrata em assunto por sua natureza apaixonante como história das idéias, em que cada autor edifica sua reconstrução com o viés de sua própria leitura. Como estudioso de Smith, Feijó dedica-lhe um capítulo próprio, separando-o do referente à Economia Clássica — ao que tudo indica privilegiando um corte estritamente cronológico, a pretexto de Smith ser do século XVIII e os “outros” do século XIX. Esta opção não teria pro-

blemas maiores não resultasse em merecidas 34 páginas ao autor de *A Riqueza das Nações*, enquanto Ricardo — para muitos o artífice da mais acabada construção teórica da Economia Política Clássica e certamente o que mais influência exerceu no pensamento posterior, de Marx aos neoclássicos — foi contemplado com menos de um terço deste espaço, número inclusive inferior ao dedicado a Stuart Mill, no mesmo capítulo, e às idéias econômicas medievais.

Às ênfases dadas pelo autor associam-se algumas lacunas. O chamado debate sobre os mercados, abordando demanda efetiva, e temas como o papel da moeda, da poupança, do entesouramento e do investimento, fundamentais no século XX, é bastante negligenciado, para não dizer ignorado. Say é até bastante citado, mas esparsamente, sem um tratamento específico. Malthus é lembrado como “clássico”, mas discute-se mais sua concepção de valor e sua teoria da população, praticamente esquecendo-se as reflexões teóricas pioneiras dos *Princípios* — sua obra de maturidade. Rosa Luxemburg e Kalecki são solenemente ignorados: não aparecem nem no índice de autores.

O mesmo ocorre com Schumpeter e com a Escola Institucionalista, indiscutivelmente duas vertentes cuja importância vem sendo resgatada no meio acadêmico nas últimas duas décadas, mas que não mereceram nenhum capítulo ou, pelo menos, um subitem próprio. Veblen aparece duas vezes na obra, não merecendo no total mais que 10 linhas: na página 246, onde o institucionalismo é apresentado como “sucessor da escola histórica” e em que se lê, sumariamente, que “padeceu da fraqueza de não propor uma compreensão alternativa dos problemas teóricos”; e na página 308, onde a teoria psicológica do instinto é apresentada como “revolucionário programa de pesquisa” e “um fracasso”. A fraqueza e o fracasso de um programa que até hoje ganha adeptos não justificam as qualificações sem a devida análise do pensamento do autor e dos demais institucionalistas que o seguiram, inclusive da Nova Economia institucional. Schumpeter, de mais sorte, foi poupado de tratamento semelhante. Essas lacunas certamente não comprometem a qualidade em si do trabalho, mas limitam a possibilidade do manual, que por definição deve ser um facilitador didático, servindo mais a introdução que a aprofundamento, e que só poderá ser adotado juntamente com outras obras que cubram os tópicos omitidos.

Duas últimas sugestões para futuras edições desta obra que, apesar das críticas apontadas, possui grandes méritos, e certamente será amplamente utilizada no país. Em primeiro lugar, é de se ava-

liar a pertinência de se apresentar Aristóteles apenas no capítulo 4, junto aos intelectuais da Idade Moderna, e não no capítulo 1, já fazendo um contraponto entre este e Platão, adiantando a controvérsia entre materialismo e idealismo, fundamental numa abordagem que privilegia discussões metodológicas. Sem contar que Aristóteles está na base do pensamento tomista, o que certamente permitiria maior envergadura à exposição da ética cristã medieval, abordada no capítulo 2. Em segundo lugar, além de cobrir as lacunas com a adição dos autores já mencionados, parece de todo oportuno aprofundar a discussão sobre a macroeconomia após Keynes e sobre os desdobramen-

tos recentes da microeconomia, bastante demandados por profissionais já formados e alunos, já que estas teorias são expostas em manuais ou em artigos sem o encadeamento histórico e teórico que só uma abordagem de HPE pode proceder. E, afinal de contas, espera-se que os manuais do século XXI incluam o século XX na história do pensamento econômico, tão presa, ainda, aos autores do século XIX.

Pedro Cezar Dutra Fonseca
Professor Titular do Departamento de
Ciências Econômicas da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

Para Entender o Mundo Financeiro

Paul Singer

Editora Contexto, 157 páginas, publicado em 2000

O professor Paul Singer, certamente, será sempre lembrado como um intelectual sério da esquerda brasileira e um educador de primeira linha comprometido em transmitir conhecimento crítico aos seus alunos e leitores. Esse estimulante livro despertou-me o interesse por algumas razões: primeiro, como que um autor de formação marxista entende e explica a relevância do mercado financeiro no processo de expansão do capital no sistema capitalista; qual é sua visão quanto às doutrinas monetarista e keynesiana no tocante às políticas monetária e cambial, bem como quanto ao processo de formação da taxa de juros e a importância das expectativas dos diferentes participantes do mercado financeiro; qual o papel das instituições bancárias que captam dinheiro de quem quer emprestar e o repassa para quem demanda; qual o seu entendimento sobre a independência operacional do banco central no controle e na criação da moeda, na fiscalização do funcionamento dos mercados monetário e financeiro; e, por fim, mas não último, como que esse ilustre pensador avalia as causas das crises financeiras recentes dos países emergentes? Essas são, provavelmente, dúvidas que interessam a maior parte dos leitores não especializados em questões econômicas e financeiras nacionais e internacionais.

O livro *Para Entender o Mundo Financeiro* é para todos. Qualquer pessoa que tenha o hábito de acompanhar os noticiários econômicos não terá dificuldades de entendimento dos temas apresentados. Ele está dividido em três partes. A primeira trata dos fundamentos das finanças; a segunda dos

relacionamentos entre finanças e o Estado; e a terceira, a crise financeira. Como tudo que Paul Singer escreve, é claro, didático e inteligível. Neste livro ele não só apresenta o conteúdo teórico como, também, seu ponto de vista sobre as proposições das doutrinas monetaristas (neoliberais), keynesianas e marxistas (intervencionistas). Nesse aspecto ele abre-nos a possibilidade de concordar ou discordar das suas análises, conclusões e dogmatismo teórico sobre o processo evolutivo do mundo financeiro.

Na primeira parte — Fundamentos das Finanças —, Paul Singer apresenta os principais conceitos monetários e financeiros geralmente utilizados nos cursos de introdução à macroeconomia, os quais servirão de base para a compreensão das duas partes seguintes. O autor demonstra sua preocupação com o conceito de risco inerente às atividades financeiras quer seja do tomador como do emprestador de dinheiro, bem como aqueles que têm a responsabilidade de decisão sobre as alternativas de investimentos produtivos ou financeiros.

A idéia do risco sempre nos lança diante da possibilidade de ganhar ou perder alguma coisa, mas também nos obriga a pensar sobre dois aspectos básicos à tomada de decisões: a qualidade das informações e o processo de formação das expectativas dos eventos macroeconômicos futuros. Há mecanismos de se prevenir contra riscos no mercado financeiros. Daí a existência dos contratos futuros no mercado de derivativos. Esse é um mercado para se proteger o lucro, o preço, a taxa de juro, o custo, enfim, os riscos futuros inerentes às atividades produtivas ou para travar uma rentabi-